

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Copa do mundo de 2014: reconfiguração urbana e controle social em são paulo.

Tiarajú D'Andrea.

Cita:

Tiarajú D'Andrea (2009). *Copa do mundo de 2014: reconfiguração urbana e controle social em são paulo*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/135>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Copa do mundo de 2014: reconfiguração urbana e controle social em são paulo

Tiarajú D'Andrea¹
Universidade de São Paulo
tiaraju.dandrea@usp.br

Resumo

O principal argumento deste artigo é o de que a efetivação de obras de infra-estrutura urbana visando a remodelação de espaços e sua decorrente valorização necessita para sua implementação de repressões e coerções sobre populações desfavorecidas. Tendo como foco a reconfiguração urbana de uma zona da cidade de São Paulo, com vistas a Copa do Mundo de 2014, este artigo se inicia esboçando um histórico de repressões sociais vinculadas a grandes eventos esportivos em todo o mundo. Logo, apresenta a zona mais abastada da cidade de São Paulo, seu histórico como local de moradia das elites da cidade e de como este espaço é onde mais enfaticamente ocorre o processo de privatização da gestão urbana. Como expressão do processo acima mencionado, inúmeras favelas da região estão sendo removidas, e sua população padecendo ainda mais da já constante repressão policial. Com o advento da Copa de 2014, intensificou-se por um lado, a construção de grandes obras e a sobrevalorização dessa zona e, por outro, o controle social sobre a população pobre que nela vive. Ao final, serão apresentados os casos de três favelas.

¹ Tiarajú D'Andrea é doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Introdução

Historicamente, a realização de grandes eventos esportivos tem servido a finalidades pouco esportivas. Ancorados fundamentalmente no consenso social que estes eventos produzem, governantes de distintas épocas e países, e nos mais variados contextos, tem utilizado estas ocasiões para implementarem políticas repressivas contra populações e/ou grupos antagônicos aos interesses dominantes vigentes.

A partir desse pressuposto, mas sem extenuar o assunto, alguns exemplos poderiam ser citados.

Em 1968, dez dias antes do início dos Jogos Olímpicos realizados na Cidade do México, um ataque engendrado pelo exército mexicano e por grupos paramilitares contra estudantes que se manifestavam pacificamente contra o governo resultou na morte de um número ainda hoje incerto de pessoas, mas avaliado entre trezentos e cinquenta e quinhentas. Tal episódio ficou conhecido como o massacre de Tlatelolco.

Dez anos depois, a Copa do Mundo realizada na Argentina em 1978 foi utilizada de todas as maneiras como propaganda da então ditadura militar que governava o país. Dita propaganda teve o evidente intuito de encobrir a violenta repressão institucionalizada e as denúncias de violações aos direitos humanos que ocorriam naquele momento.

Em outros episódios, eventos esportivos de grande envergadura conciliaram repressão política e social com intervenções urbanísticas. Dessa forma, juntamente à construção de avenidas e estádios, milhares de pessoas foram removidas de suas casas. Este expediente ocorreu nas olimpíadas de Atenas, Barcelona e na já comentada Cidade do México. Entretanto, foi na olimpíada realizada em Seul, na Coreia do Sul, no ano de 1988 que a política de remoção de populações pobres foi levada ao paroxismo. Estima-se que na fase de preparação desses Jogos Olímpicos, aproximadamente 800 mil pessoas tenham sido removidas de suas casas de maneira forçada (Davis, 2006: 113).

Esse recorrente expediente de utilização de grandes eventos esportivos para a intensificação da repressão política e social e, nas últimas décadas, para intervenções urbanísticas segregadoras,

levou o urbanista Mike Davis a sentenciar a seguinte frase em seu livro *Planeta Favela*: “nada coloca mais medo nos pobres do mundo que visitas da rainha e jogos olímpicos” (Davis, 2006).

Observando a história recente do país que se pretende aprofundar a análise do presente estudo, ou seja, o Brasil, pode-se verificar um capítulo da já supracitada recorrência de repressão política e social, neste caso aliada a interesses de setores empresariais, fundamentalmente ligados ao ramo imobiliário e às grandes empreiteiras. O caso em questão refere-se aos Jogos Panamericanos de 2007, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista das articulações entre poder público e iniciativa privada, os Jogos Panamericanos revelaram uma série de favorecimentos a grupos de interesses que se beneficiaram de edificações construídas com dinheiro público. Alguns exemplos que poderiam ser citados são: os edifícios da Vila Olímpica que, construídos com alta padrão e em um dos bairros mais nobres da cidade, foram destinados ao gerenciamento da iniciativa privada após o evento.

Outro exemplo é o estádio Engenhão. Este estádio, com capacidade para 46 mil espectadores e tendo consumido 380 milhões de reais aos cofres públicos em sua construção, foi arrendado ao Clube de Regatas Botafogo. Outras arenas esportivas também passaram a ser gerenciadas pela iniciativa privada após o término do evento.

Cabe ressaltar também que o cronograma de andamento das obras do evento atrasou inúmeras vezes. Esse fato foi utilizado como justificativa para aumento exponencial do gasto total para sua realização em relação ao que fora previsto. Dessa forma, os Jogos Panamericanos realizados na cidade do Rio de Janeiro foram os mais caros da história, tendo consumido dos cofres públicos aproximadamente um bilhão e quinhentos mil dólares. Esta soma equivale a um aumento de 800% do que o previsto pelos organizadores cinco anos antes. Vale lembrar ainda que, de maneira geral, não foram realizadas licitações.

No entanto, processos estritamente econômicos como os acima citados articulam-se de forma determinante com coerções sociais a grupos ou populações que de alguma forma se contrapõem ou dificultam a realização dos negócios que tais eventos geram. Logo, é necessário para a realização de eventos desse porte, uma série de expedientes repressivos, utilizados para

conter descontentamentos sociais, protestos e mesmo para “esconder” populações pobres que evidenciam desigualdades sociais aos visitantes estrangeiros que afluem a estes eventos.

No caso do Jogos Panamericanos realizados em 2007 na cidade do Rio de Janeiro, uma série de incursões policiais foram realizadas nas favelas cariocas antes do início do evento. Tal medida, cujo objetivo principal era o controle social sobre a população pobre, teve seu momento mais dramático na morte de dezenove moradores da favela Morro do Alemão. Todos eles assassinados pela polícia por meio de procedimentos duvidosos.

A cidade de São Paulo e a Copa de 2014

Após o anúncio de que o Brasil sediará a Copa do Mundo de 2014, a prefeitura de São Paulo, o governo do estado de São Paulo e o governo federal passaram a anunciar uma série de projetos de infra-estrutura urbana que viabilizariam a realização do evento na cidade de São Paulo, o centro econômico do país. Cabe ressaltar que alguns destes projetos já estão em implementação.

É interessante notar que o advento da Copa do Mundo potencializou uma forma de intervenção urbana já em curso na metrópole desde o fim da década de 1980, ou seja, aquela que vincula obras públicas a interesses da iniciativa privada, sobrevalorizando alguma regiões e tendo como desdobramento o aumento da *segregação sócioespacial*. Para a efetivação destas intervenções urbanísticas destinadas a satisfazer os interesses de alguns grupos econômicos, têm sido utilizados uma série de expedientes repressivos sobre a população economicamente desfavorecida.

O principal argumento deste texto é o de que a efetivação de obras de infra-estrutura urbana visando a remodelação de espaços e sua decorrente valorização necessita para sua implementação de repressões e coerções sobre populações desfavorecidas. Logo, a violência estatal ou para estatal, em suas variadas vertentes, é uma feição necessária deste tipo de intervenção urbana. Momentos de maior fluxo de investimentos e realização de obras, como é o caso de grandes eventos esportivos, potencializam a repressão e o controle social, como se discorrerá na seqüência do texto.

Como já exposto, são inúmeras as intervenções urbanísticas planejadas ou em curso na metrópole. Estas intervenções variam desde a construção de grandes rodovias a viadutos e avenidas

no interior da metrópole paulistana. Vincula-se a esse volume de obras um plano de expansão das linhas de metrô nos bairros mais valorizados e um plano do governo municipal de despejo de duas dezenas de favelas localizadas em avenidas na entrada da metrópole. A este plano foi dado o sugestivo nome de São Paulo de Portas Abertas.

Não é a pretensão deste artigo apresentar em sua totalidade as obras a serem realizadas tendo em vista a Copa do Mundo, e nem teorizar sobre o impacto delas em processos de reconfiguração urbana da metrópole. O que se quer ressaltar é a vinculação entre ditas obras, que configuram uma certa produção social do espaço, e a repressão sobre populações faveladas. Para tanto, se discorrerá sobre dada dinâmica social que ocorre em três favelas da zona sudoeste de São Paulo. Dita zona é a mais valorizada da metrópole, além de ser o local com maior fluxo de investimentos públicos e privados em infra-estrutura urbana. Cabe ressaltar que é nessa região também que se localiza o Morumbi, o estádio de futebol da cidade escolhido para a realização de jogos da Copa do Mundo de 2014.

A zona sudoeste

Em princípio, pode-se afirmar que o fenômeno das remoções de favelas em São Paulo não é novo, e vem ocorrendo já há muitas décadas.

Em um primeiro momento, as remoções de favelas em São Paulo ocorreram no centro, sobretudo para a construção de grandes avenidas. No entanto, as mudanças de centralidade do município de São Paulo deslocaram também o foco de intervenção e remoção dos núcleos de pobreza.

Em trabalho recente, Heitor Frúgoli (2006) demonstra como aconteceram as lutas entre agentes para a instituição de novas centralidades em São Paulo. Se em um dado momento, o centro comercial e geográfico do município, hoje denominado Centro velho, foi sendo substituído enquanto referência econômica pela avenida Paulista, esta avenida também perdeu espaço quando da criação de uma nova centralidade na margem direita do rio Pinheiros, ao redor da avenida Luís Carlos Berrini. Essa luta entre distintos agentes, representantes de cada uma das

centralidades, pela hegemonia enquanto centralidade principal da metrópole se expressa fundamentalmente por determinadas intervenções no espaço. É interessante notar que a passagem da hegemonia enquanto centralidade de uma localidade a outra (Centro - avenida Paulista - avenida Luis Carlos Berrini), aconteceu com a expulsão ou remoção das favelas próximas a cada uma dessas centralidades.

Uma interpretação sobre o referido fenômeno, baseada nos processos históricos e sociais de urbanização do município de São Paulo, é aquela oferecida por Flavio Villaça (1998), em seu livro *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. O autor aponta que as elites em São Paulo assentaram-se preferencialmente no *vetor de expansão sudoeste*². Desse modo, as elites tenderiam a avançar sempre nessa direção, partindo do Centro velho.

A partir do assentamento das classes altas ao redor do *vetor sudoeste*, formou-se a zona de São Paulo com os melhores índices socioeconômicos e os melhores indicadores de desenvolvimento humano. É nessa zona que vive a população economicamente mais abastada da metrópole e a burguesia politicamente mais poderosa de todo o país. Dessa forma, existe todo um aparato de infra-estrutura urbana destinado a atendê-la. Caracterizada por dispor de um elevado padrão em diversos indicadores, essa zona contrasta de forma patente com a pobreza das outras zonas da metrópole. (Marques & Torres, 2005; CEM, 2004a; CEM, 2004b).

Nas últimas décadas, no bojo das transformações econômicas e políticas ocorridas em nível mundial (Paoli, 1999), se consolida em todo o mundo e também na metrópole paulistana uma nova forma de gestão urbana. Dita gestão foi conceituada por David Harvey (2005) como *empreendedorismo urbano*. A partir dessa nova concepção de gestão urbana, as parcerias público-privadas passaram a ser uma forma recorrente de intervenção urbana realizadas fundamentalmente por meio de investimentos em determinadas localizações das cidades. Essas intervenções e esses investimentos seriam geridos por governos locais e tenderiam a valorizar substancialmente essas localizações (Harvey, 2005). Especificamente no caso paulistano, a maior expressão do que David Harvey conceituou como *empreendedorismo urbano* é a grande soma de investimentos públicos e privados justamente na zona sudoeste. Já abordadas por outros trabalhos (Villaça, 1998; Fix, 2001; Fix, 2007; Ferreira, 2003; Frúgoli, 2006; Guerreiro, 2008), as chamadas Operações Urbanas foram

² Para um melhor entendimento da construção social dos *vetores de expansão*, ver o Capítulo 7, “A segregação urbana”, e o Capítulo 8, “Os bairros residenciais das camadas de alta renda”, do livro *Espaço Intra-Urbano no Brasil* (1998), de Flávio Villaça.

os exemplos mais bem acabados das intervenções público-privadas nessa região da metrópole, onde se destacam como elementos símbolos dessa nova forma de gestão urbana grandes obras como o Empreendimento Parque Cidade Jardim e a Ponte Estaiada (D'Andrea, 2008).

No entanto, a contracara dessa nova fase da gestão urbana tem sido a violência contra a população pobre moradora dessa zona. Esta violência se expressa por meio de despejos, repressões e métodos de coerção social. Com o advento da Copa do Mundo de 2014, tanto a edificação de obras de infra-estrutura urbana quanto a repressão contra essa população passou a ocorrer em maior escala e de forma mais aprofundada.

Passar-se-á então a discorrer e analisar processos que ora ocorrem em três favelas da zona sudoeste de São Paulo: a favela Jardim Panorama, a favela Real Parque e a favela Paraisópolis. No epicentro dos processos de valorização fundiária, expressos pela edificação de obras-símbolos, e próximas ao Estádio do Morumbi, as três favelas são constantemente ameaçadas de despejo e assediadas por ações intimidadoras da polícia.

Favela Jardim Panorama x Empreendimento Parque Cidade Jardim

A favela Jardim Panorama, localizada no bairro do Morumbi, foi fundada no ano de 1957. Atualmente com uma população de aproximadamente 420 famílias, passou a ser ameaçada de remoção quando uma construtora iniciou as obras de um luxuoso empreendimento imobiliário em um terreno ao lado da favela. Este empreendimento prevê a construção de catorze edifícios residenciais e comerciais e pretende atender à população de maior poder aquisitivo. A principal característica do projeto é localizar em um só lugar trabalho, lazer e moradia. Segundo a construtora, é o maior projeto em construção da América Latina no momento e configura-se como sendo um verdadeiro *enclave fortificado* (Caldeira, 2000), se utilizada a terminologia formulada pela antropóloga Teresa Caldeira ao estudar condomínios fechados.

Expressando uma concepção privatizante e antiurbana com relação ao uso e à apropriação do espaço, o Empreendimento Parque Cidade Jardim é o maior empreendimento imobiliário em construção atualmente em toda América Latina. O supercomplexo imobiliário foi projetado para uma seleta e exclusiva clientela formada por milionários dispostos a pagar R\$ 1 milhão e 800 mil

para obter o menor dos apartamentos oferecidos, com 240 metros quadrados. Para aqueles dispostos a ratificarem a estrutura piramidal que conforma a distinção dentro da distinção (Bourdieu, 2007), existe a cobertura triplex com 2100 metros quadrados, vendida por R\$ 16 milhões e 600 mil. Todos os números da obra são gigantescos, do tamanho das edificações e dos apartamentos às cifras envolvidas.

Mais do que uma obra de grande porte, o empreendimento representa um novo arranjo social no que tange à produção do espaço. E tal argumento se evidenciou quando, após o início da construção dos edifícios, setenta casas da favela jardim Panorama foram compradas pelo Empreendimento, sem intermediação do Estado. O caso da favela Jardim Panorama é, nesse sentido, particularmente importante por indicar, a rigor, uma gestão privada do espaço urbano.

Nascida e crescida sob a regência das edificações do entorno, a favela Jardim Panorama passou a ser ameaçada de desaparecimento pelo mesmo motivo que a fez nascer: a expansão do mercado imobiliário no bairro do Morumbi. Essa expansão transforma os terrenos existentes em grandes glebas valorizadas, que necessitam ser incorporadas pelo mercado no sentido de realizar os valores existentes no entorno. Desse modo, o processo de *segregação sócioespacial* é viabilizado por uma série de mecanismos presentes nas disputas entre distintos agentes pela produção do espaço (D'Andrea, 2008).

Favela Real Parque x Ponte Estaiada

Construída no epicentro da região mais valorizada da metrópole, a Ponte Estaiada foi concebida de antemão para ser o seu símbolo. Batizada com o nome do fundador de um dos mais importantes jornais da cidade, a Ponte serve também de cenário do programa jornalístico mais visto da emissora de televisão mais poderosa do país, cuja sede localiza-se ao lado da Ponte. É interessante notar como a fabricação social desse “cartão postal” necessitou da adesão de órgãos formadores de opinião como jornais e emissoras de televisão. Dessa forma, foram diminuídos os canais de crítica à obra, inaugurada em 2008 e já em um contexto de preparação da cidade para a Copa de 2014. Cabe dizer que a Ponte Estaiada localiza-se na região mais valorizada da metrópole,

aquela que se pretende apresentar ao olhar estrangeiro, e a dois quilômetros do Estádio do Morumbi.

Tendo custado aproximadamente R\$ 260 milhões, a construção da Ponte utilizou-se de uma parceria público-privada cujo objetivo propagandeado era o de construir habitações populares para favelados moradores da região. No entanto, a Ponte foi construída ao invés de habitações populares, e esses moradores pobres dessa região foram removidos para áreas periféricas da cidade (D'Andrea, 2008).

Em um dos eventos resultantes da política de valorização da região, moradores de uma favela próxima, a Real Parque, foram despejados de forma ilegal no final do ano de 2007, meses antes da inauguração da Ponte. Tal evento, marcado pela violência policial, teve pelo menos três objetivos: dar seqüência ao despejo; eliminar os barracos construídos próximos a Ponte Estaiada, tempos antes de sua inauguração e, sobretudo, coibir manifestações populares nessa região valorizada, em um contexto pré-Copa do Mundo. Cabe ressaltar que após esse acontecimento inúmeras foram as intervenções policiais nessa favela.

Favela Paraisópolis x Entorno rico

Maior de toda a região, a favela Paraisópolis teve seu crescimento demográfico intrinsecamente ligado às possibilidades empregatícias existentes no entorno rico. (Almeida & D'Andrea, 2005; Ferreira, 2003). Segunda maior favela da metrópole, com uma população de 100 mil habitantes, Paraisópolis está encravada no meio do bairro mais rico de São Paulo, o Morumbi, e a um quilometro do estádio homônimo.

Por um lado, o entorno rico sempre necessitou da mão-de-obra barata residente na favela, fundamentalmente para a execução de serviços domésticos. Por outro, de diversas maneiras tentou neutralizar a ação política desses moradores. Nessa perspectiva, a relação da favela com o entorno pode ser historicizada e dividida em três momentos (D'Andrea, 2006).

O primeiro momento foi o das tentativas de remoção da favela por parte de governos autoritários, entre o final da década de 1970 e começo da década de 1980. Este intento não teve sucesso devido ao crescimento demográfico da favela e à sua articulação interna.

O momento seguinte da relação entre a favela e o entorno acontece, sobretudo, entre o final da década de 1980 e o começo da década de 1990, quando dezenas de ONGs passaram a atuar em Paraisópolis.

Por fim, já em princípios do século XXI anuncia-se o desaparecimento simbólico e material da favela por meio de sua substituição por um bairro, via urbanização. Concretamente, presume-se que no local ocorrerá um encarecimento do custo de vida, devido à incorporação tributária dos seus moradores, e dos encargos advindos da regularização fundiária. Esta urbanização que ora ocorre em Paraisópolis, não contou com a participação da população em sua formulação e tende a aprofundar o processo de *segregação sócioespacial*. Devido à instabilidade causada pela forma como a urbanização vem se processando na favela, aliada à recorrente violência policial, um levante popular ocorreu em fevereiro de 2009, tendo sido duramente reprimido pela polícia. Após esse episódio, a polícia invadiu a favela durante três meses, numa operação sem precedentes na história da metrópole. Denominada Operação Saturação, foi efetuada por quatrocentos policiais e cometeu um sem fim de abusos contra a população.

Conclusão

A zona sudoeste cidade de São Paulo foi onde historicamente se assentaram as elites da cidade de São Paulo. Nos últimos vinte anos, essa região foi onde mais enfaticamente se impôs uma forma de gestão urbana conceituada como *empreendedorismo urbano* (Harvey, 2005). Dita gestão se caracteriza fundamentalmente pela privatização do espaço urbano e por práticas especulativas cujo objetivo é a sobrevalorização fundiária dessa região (Fix, 2001; Fix, 2007; D'Andrea, 2008). Duas das faces desses processos de sobrevalorização fundiária são a construção de grandes obras e a remoção de favelas. Com o advento da Copa do Mundo de 2014, esses dois expedientes se intensificaram. Por um lado, o aumento dos planos de intervenção com obras de infra-estrutura urbana por parte dos três níveis de governo. Por outro, o aumento da repressão sobre a população pobre no geral, e sobre habitantes das favelas da região, em particular. Tal fato se evidencia com a

ostensiva presença policial nessas favelas. Desse modo, para este artigo, a repressão articulada a variados métodos de controle social é uma feição recorrente de alguns processos contemporâneos de reconfiguração urbana.

Bibliografia

- Almeida, Ronaldo & D'Andrea, Tiarajú. "Estrutura de Oportunidades em uma Favela de São Paulo" In: Marques, Eduardo & Torres, Haroldo. (Orgs.) *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- Bourdieu, Pierre. *A Distinção. Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- Caldeira, Teresa. *Cidade de Muros*. 2000. Caldeira, Teresa. *Cidade de Muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CEM. *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Sas/SESC/Cebrap/CEM, 2004.
- _____. *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo. Zona Norte, Oeste e Centro*. São Paulo: Sas/SESC/Cebrap/CEM, 2004a.
- _____. *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo. Zona Sul*. São Paulo: Sas/SESC/Cebrap/CEM, 2004b.
- D'Andrea, Tiarajú. *Nas Tramas da Segregação: O Real Panorama da Polis*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- _____. "Visões de Paraisópolis: violência, mídia e representações" In: Revista Sexta-Feira, nº 8 Periferia. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 85 a 98.
- Davis, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- Ferreira, Maria Inês Caetano. *Trajetórias urbanas de moradores de uma favela de um distrito de elite da Capital paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- Fix, Mariana. *Parceiros da Exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Frúgoli, Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- Guerreiro, Isadora. *A Arquitetura como Representação do Capital*. Relatório Parcial de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo/Fapesp. São Paulo, 2008.
- Harvey, David. "Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio" In: Harvey, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- Marques, Eduardo & Torres, Haroldo. (Orgs.) *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- Paoli, Maria Célia. "Apresentação e introdução" In: Oliveira, Francisco & Paoli, Maria Célia. (Orgs.) *Os Sentidos da Democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- Villaça, Flávio. *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.